

MOVIMENTO DOS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES: EXPERIÊNCIAS NA LUTA PELO ACESSO DA POPULAÇÃO NEGRA AO ENSINO SUPERIOR¹

Priscila Beralda Moreira de Oliveira²

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as experiências e particularidades da formação realizada no interior do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares (MCPVP) pelos cursos que, a partir do protagonismo do Movimento Negro (MN), trabalham a questão racial. A partir da escolha pelo método histórico-dialético, foi um estudo com abordagem qualitativa que recorreu a pesquisa bibliográfica, documental e de campo com os cursos pré-vestibulares populares Educafro e UNEafrô.

Palavras-chave: Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares; Questão racial; acesso ao ensino superior.

MOVIMIENTO DE CURSOS PREUNIVERSITARIOS POPULARES: EXPERIENCIAS EN LA LUCHA POR EL ACCESO DE LA POBLACIÓN NEGRA A LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las experiencias y particularidades de la formación realizada dentro del Movimiento de Cursos Pre-Vestibulares Populares (MCPVP) a través de cursos que, a partir del protagonismo del Movimiento Negro (MN), trabajan cuestiones raciales. A partir de la elección del método histórico-dialético, se trató de un estudio con enfoque cualitativo que utilizó investigación bibliográfica, documental y de campo con los cursos preuniversitarios populares Educafro y UNEafrô.

Palabras clave: Movimiento de Cursos Preuniversitarios Populares; Cuestión racial; acceso a la educación superior.

MOVEMENT OF POPULAR PRE-UNIVERSITY COURSES: EXPERIENCES IN THE FIGHT FOR ACCESS OF THE BLACK POPULATION TO HIGHER EDUCATION

Abstract

This article aims to reflect on the experiences and particularities of the training carried out within the Movimento dos Cursos Pre-Vestibulares Populares (MCPVP) through courses that, based on the protagonism of the Black Movement (MN), work on racial issues. Based on the choice of the historical-dialectic method, it was a study with a qualitative approach that used bibliographic, documentary and field research with the popular pre-university courses Educafro and UNEafrô.

Keywords: Movement of Popular Pre-University Courses; Racial issue; access to higher education

¹Artigo recebido em 07/01/2025. Primeira Avaliação em 28/01/2025. Segunda Avaliação em 11/02/2025. Terceira Avaliação em 11/02/2025. Aprovado em 13/03/2025. Publicado em 09/04/2025.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v23i50.66051>

²Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo - Brasil. Docente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Assistente Social na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSp), atuando na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) E-mail: prinicanor@gmail.com.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5321515084704942>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7836-2281>.

Introdução³

O contexto histórico de 2003 a 2014 é marcado pela ampliação da política de acesso à educação superior brasileira e pela primeira experiência no país de uma IES pública a adotar a política de cotas raciais⁴ para o ingresso de negros e negras a este nível de ensino, sendo estas expressões das ações afirmativas no Brasil.

Houve neste contexto histórico, como nos apresentam Moreira et al. (2017), a ampliação do número de vagas no ensino superior brasileiro e a criação de turmas no período noturno em vários cursos de graduação não integrais, o que contempla a realidade de expressiva parcela da classe trabalhadora cujas condições de trabalho interferem e dificultam o ingresso e permanência no curso superior.

Essas adaptações podem ser consideradas conquistas de movimentos sociais dos quais podemos destacar o Movimento Negro (MN)⁵, que vem historicamente denunciando a falta de acesso da população não branca aos bancos universitários e que alcançou, como resposta, a implantação de políticas públicas⁶ para aumentar o acesso ao ensino superior com maior inclusão social deste grupo (Moreira et al., 2017).

No entanto, também neste contexto, direcionado pela hegemonia do neoliberalismo, e das leis de mercado⁷, há um profundo investimento de recursos

³ Uma versão simplificada deste texto foi apresentada no XIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) Negros(as) setembro/2024 com o título “Movimento dos cursos pré-vestibulares populares e raça: a disputa pela questão racial e o acesso da população preta, pobre e moradora da periferia ao ensino superior”.

⁴ Vale registrar que – não sem pressão do MN a Lei de Cotas (Lei 2.711 de 29 de agosto de 2012) só foi aprovada em 2012. Com ela, todas as IES federais do país foram obrigadas a reservar parte de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, e negros, pardos e indígenas.

⁵ Adotamos a definição de MN trazida por Gomes (2019,p.24) “uma das mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam a superação deste perverso fenômeno na sociedade. Participam desta definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos, e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação de diferentes espaços e lugares na sociedade(...)”. Esta definição de MN nos contempla porque nos provoca a entendê-lo não como um movimento único, homogêneo e estático. É uma perspectiva que nos permite identificar atores diversos, em contextos diversos com a função comum de questionar os pilares racistas da sociedade brasileira.

⁶ Políticas públicas para a ampliação, acesso e permanência ao ensino superior público: Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni), iniciado em 2003, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2008, e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), implantado em 2010, permitindo a utilização das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998. Ao ensino superior privado: Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2005, e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado em 1999 (Moreira et al., 2017).

⁷ Como afirma Roberto Leher (2021, p. 1), “o que efetivamente particulariza a mercantilização da educação superior no Brasil é a vertiginosa tendência de crescimento da modalidade a distância, a presença de fundos de investimentos no controle das instituições de ensino e a abertura de capital

públicos no setor privado, concretizando esta ampliação de ofertas de vagas majoritariamente nas IES privadas na cidade São Paulo.

Interessa-nos, a partir destas contradições, olhar para os limites e possibilidades de fortalecimento da luta travada pelos movimentos sociais na defesa de projetos de educação que disputem outra hegemonia na contramão do viés mercadológico que direciona esta ampliação, com a escolha pelo recorte racial. Entre os atores que tencionam para que as políticas de ampliação de acesso ao ensino superior atendam aos interesses da classe trabalhadora encontra-se o Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares (MCPVP).

Nascimento (2012) defende ser esse movimento composto por uma grande diversidade de cursos pré-vestibulares populares, sendo o ponto que os une o fato de serem destinados à preparação de estudantes que compõem “camadas populares” e pertencentes a grupos sociais discriminados e marginalizados, como pobres, negros, indígenas, nordestinos, população lgbtquia+ etc.

Para mensurar a diversidade deste movimento, recorremos a Maia (2022) que registra existir em 2004 cerca de 1.800 pré-vestibulares “cada um com uma linha de trabalho específica, mas todos com o mesmo objetivo: contribuir para o ingresso dos grupos sociais populares ao ensino superior” (Maia, 2022, p.1).

Os cursos pré-vestibulares populares se entendem e são reconhecidos como movimento social, têm na ativa presença da militância negra um ator fundamental para seu surgimento, assim como para a disputa em seu interior pela hegemonia da questão racial na luta pelo acesso da classe trabalhadora pobre e negra ao ensino superior.

Importa-nos compreendê-lo em sua potência e enfatizar as dimensões mais reveladoras de seu caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo, que o caracterizam “como um importante ator político e como um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais ao longo da história e percorrendo as mais diversas gerações” (Gomes, 2019, p. 24).

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as experiências e particularidades da formação realizada no interior do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares (MCPVP) pelos cursos que a partir do protagonismo do Movimento Negro

das empresas líderes na bolsa de valores. Com efeito, grande parte dessas novas matrículas é ofertada na modalidade de graduação a distância: entre 2012 e 2019 as matrículas nesta modalidade mais do que dobraram, alcançando perto de dois milhões de estudantes”.

(MN) trabalham e disputam a questão racial contribuindo para a disputa por um projeto de educação antirracista. É derivado da pesquisa de Doutorado realizada no Programa de Estudos Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP⁸.

Partimos do pressuposto de que as experiências de formação antirracista dos cursos pré-vestibulares populares que trabalham de maneira direta ou indireta a questão racial e que compõem o MCPVP podem constituir-se como possibilidade de uma preparação da classe trabalhadora que não se restrinja à formalidade do acesso à formação superior, tal como expressar estratégias de organização e pressão pela efetivação de políticas públicas.

Escolhemos para direcionar nosso olhar nesta investigação e análise do nosso objeto o método materialismo histórico-dialético em que o conhecimento da realidade não é apenas a simples transposição dessa realidade para o pensamento, pelo contrário, consiste na reflexão crítica que se dá a partir de um conhecimento acumulado e que irá gerar uma síntese, o concreto pensado (Quiroga, 1991 *apud* Lima; Miotto, 2007, p. 40).

A análise das informações obtidas durante a realização da pesquisa privilegiou enquanto referencial teórico as categorias centrais do pensamento marxista: a totalidade, a história e a contradição.

De acordo com Minayo (2010, p. 300), “é esse caráter de abrangência que tenta, de uma perspectiva histórica, cercar o objeto de conhecimento por meio da compreensão de todas as suas mediações e correlações, constituindo a riqueza, a novidade e a propriedade da dialética marxista”.

A dialética, enquanto método dialético de abordagem da realidade, propõe que o pesquisador se coloque diante dos fatos, interrogando-se sobre todos os aspectos, procurando sua compreensão global e reconhecendo nele seu dinamismo histórico com vistas a desvendar algo ainda não percebido de forma imediata.

Esta foi uma pesquisa social com abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa apreende um nível da realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o

⁸ Tese de doutorado intitulada “O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares na cidade de São Paulo (2003-2014) e a questão racial: impacto na formação do assistente social” defesa realizada em 06 de novembro de 2023.

que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 1994, p. 22).

A escolha pela abordagem qualitativa se deu a partir da compreensão de que temos uma prática que perpassa “demandas, carências e necessidades”, e só é possível conhecê-las e identificá-las por meio da escuta do que o outro tem a nos dizer e não somente “trabalhando com indicadores, com tabelas, com índices, com referências teóricas que a universidade nos oferece” (Martinelli, 199, p. 24).

Nosso objeto de estudo se constitui a partir de profundas contradições que se revelaram pouco exploradas, com uma bibliografia restrita no que se refere ao MCPVP, porém densa e orgânica por se tratar majoritariamente de produções teóricas de militantes do MN e do MCPVP.

A pesquisa qualitativa que aqui recorremos nos direcionou para analisar para além do que já se produziu sobre esta realidade, não se tratando de negar os fatos, mas de buscarmos compreender com maior cuidado particularidades e contradições a partir das experiências dos diferentes sujeitos que o compõem.

Para além de comprovarmos ou negarmos uma afirmativa inicial a partir de números, buscamos identificar novos elementos sobre esta realidade inédita no país, quando pensamos o amplo acesso do(a) trabalhador(a) ao nível superior a partir de uma análise cuidadosa das contradições que direcionam este processo, com foco no papel dos cursos pré-vestibulares populares que trabalham a questão racial para o acesso da população preta, pobre e moradora da periferia ao ensino superior.

Neste estudo exploramos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e a pesquisa documental.

A partir do objetivo geral do nosso estudo, considerações possíveis com a aproximação do campo por meio da pesquisa exploratória e de leituras e análise bibliográfica sobre o tema, identificamos o protagonismo de dois cursos pré-vestibulares ligados diretamente ao MN e que disputam a questão racial no interior do MCPVP, sendo eles o Educafro e o UNEafró Brasil.

Segundo Castro (2019) entre os atores expressivos que contribuíram para fortalecer o Movimento Negro e a luta pela democratização do ensino superior estão

os cursos pré-vestibulares populares que **definimos como sujeitos para nossa pesquisa**.

Em 1993 nasce, segundo o autor, uma das maiores e mais importantes expressões e referências da luta contemporânea pela igualdade racial e democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes(PVNC), que se inicia no Rio de Janeiro por meio da influência e da ação militante de Frei David e, de outro lado, de militantes do Movimento Negro além de populares que almejavam um movimento popular autônomo a qualquer instituição. O PVNC teve crescimento significativo durante os anos de 1993 a 1997 (Castro, 2019).

Divergências internas levam “à criação, em 1997 em São Paulo, da Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro), sob a liderança de Frei David e dos Agentes Pastorais Negros (APNs)” (Castro, 2019, p. 201).

Em 2009, novas divergências de concepções de movimento e posicionamento individuais levaram a Educafro a uma ruptura, desembocando em mais um movimento na luta pela democratização do acesso ao ensino superior e combate antirracista, a União de Educação Popular para Negros(as) e Classe Trabalhadora (UNEafo), “movimento social surgido a partir de contradições inconciliáveis no interior da Educafro” (Castro, 2019, p. 206).

Quadro 1– Cursos pré-vestibulares populares escolhidos para a pesquisa

Curso/ sujeito coletivo	Ano de criação do movimento de origem	Ano de criação do movimento independente
Educafro	1993 –PVNC (Pré-Vestibular para Negros e Carentes)	1997
UNEafo	1997 – Educafro	2009

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Norteadas pelo objetivo geral da nossa pesquisa, escolhemos entrevistar duas lideranças/coordenadores(as) dos cursos pré-vestibulares populares, definidos como sujeitos deste estudo, cujo vínculo tenha se realizado no contexto histórico que definimos para nosso estudo (2003-2014); uma liderança por curso.

Entrevistamos 04 assistentes sociais⁹, escolhidas por dois expressivos motivos: 1) no início do contexto histórico demarcado para nosso estudo

⁹ A escolha por entrevistar assistentes sociais que se formaram em IES na cidade de SP cujo curso de serviço social é quase que exclusivamente oferecidos por IES privadas justifica-se pelo objetivo geral da tese que deu origem e a este artigo.

(2003-2014), a UNEafro ainda não se constituía um movimento autônomo, sendo a ruptura com a Educafro marcada no ano de 2009; 2) o fato de a Educafro ser um movimento que trabalha fortemente o acesso do trabalhador ao ensino superior em IES privadas por meio de convênios facilitou o contato com profissionais que puderam indicar assistentes sociais no perfil definido para o estudo (quatro assistentes sociais que tiveram vínculo com MCPVP em cursos que trabalhem a questão racial antes do acesso à graduação em IES privada no período de 2003 a 2014).

O conteúdo da pesquisa de campo foi sistematizado em instrumental elaborado para este fim e utilizado como referência metodológica neste estudo. As referências às falas do(a)s sujeito(a)s entrevistado(a)s serão expostas conforme a identificação que registramos no quadro tal como segue: sujeito(a)s numerados de 1 a 6 e identificados como coordenador(a)[CD] e assistente social [AS].

Quadro 2–Descrição dos sujeitos entrevistados

COORDENADORESENTREVISTADOS								
	Ano pré-vestibular	Graduação ano	IES		Bolsa	Autodeclaração racial	Idade	
Sujeito 1 [CD]	2014	Ciências Sociais, 2015	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul		IES pública	Negro	23	
Sujeito 2 [CD]	2006	Pedagogia, 2007	Universidade São Francisco Bragança Paulista		100% Educafro	Não registrado	33	
ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADAS								
	Bairro durante cursinho/faculdade	Núcleo Educafro	Ano Curso	Ano Graduação	IES	Bolsa	Autodeclaração racial	Idade
Sujeito 3 [AS]	Casa Verde	Pari	2004	2005-2008	Universidade São Francisco Pari	100% Educafro	Preta	40
Sujeito 4 [AS]	Mandaqui	Armênia	2004	2005-2008	Universidade São Francisco Pari	100% Educafro	Negra	47
Sujeito 5 [AS]	Brasilândia	Brasilândia	2003	2004-2007	Universidade São Francisco Pari	100% Educafro	Negra	51
Sujeito 6 [AS]	Tremembé	Pari	2003	2005-2008	Universidade São Francisco Pari	100% Educafro	Descendente de japoneses	38

Na organização deste artigo, inicialmente realizaremos breve reflexão sobre a luta e resistência do movimento negro pelo acesso da população negra à educação formal desde o período posterior a abolição da escravatura.

Em seguida abordaremos a luta pelo acesso da população negra à educação como uma ponte de luta comum nas diferentes fases do MN, enfatizando o caráter emancipatório deste acesso defendido pelo Movimento Negro Unificado (MNU) já na década de 1980.

Refletiremos sobre o MCPVP enfatizando a fundamental importância do MN para sua gênese tal como para a disputa pela centralidade da questão racial no interior deste movimento na luta pelo acesso da população negra, pobre e moradora das periferias ao ensino superior. Finalizaremos com algumas considerações.

Trajetórias de luta do movimento negro pelo acesso a educação formal (1888-1980): a resistência sempre existiu

As primeiras décadas depois da Abolição da Escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, foram decisivas para o futuro da população negra no Brasil (Domingues, 2008, p. 517) que se tornou um presente marcado pelas profundas desigualdades raciais.

Isto porque a chamada 'liberdade' da população afrodescendente foi fruto do desgaste das relações econômicas, políticas e sociais em um contexto histórico em que já não comportava a escravidão.

[...] Em uma escala econômica e cultural, as desigualdades presentes nas vidas da população negra têm resquícios incontestáveis dos quase 400 anos em que o Brasil estruturou um dos regimes escravocratas mais cruéis do mundo. O país foi o último da América do Sul a abolir formalmente a escravidão, que tinha uma organização econômica baseada na exploração da força do trabalho de pessoas negras, configurando uma característica estrutural que permanece marcante no panorama em que essa população ainda (sobre)vive (Lisboa, 2021, p. 71).

Era impossível para a população afrodescendente ser livre, isto é, ser cidadã, em um contexto no qual predominavam os ideários do racismo científico (como darwinismo social, determinismo evolucionista, arianismo, eugenia) e as teorias do branqueamento da nação (Domingues, 2008, p. 517-518). Assim, a ideia de raça e

superioridade racial foi – e ainda é – um dos pensamentos que tendem a legitimar as relações de dominação (Lisboa, 2021 p. 71).

Muitos intelectuais atribuíam a inferioridade do povo brasileiro à herança biológica e cultural da “raça negra” impressa no fenômeno da mestiçagem. Porém, esses pressupostos racistas não ficaram limitados aos meios acadêmicos, tendo sido divulgados por jornalistas por meio da imprensa, incorporados nos postulados e discursos médicos e debatidos por políticos, que, aliás, os utilizaram na elaboração e implementação de programas governamentais (Dávila, 2006 apud Domingues, 2008, p. 517-518).

Tais práticas tornam, ainda hoje, naturalizados valores e crenças sobre a inferioridade da população negra, alimentando o pensamento hegemônico de dominação e opressão.

Para a população negra, o contexto pós-Abolição foi marcado por uma inclusão marginal e de práticas de discriminação racial e tratamento diferenciado em relação à população branca. A cidadania plena não contemplava a população negra recente e oficialmente liberta (Domingues, 2008, p. 518).

No entanto, diferente do que se tem historicamente afirmado na perspectiva do colonizador, a população de negros e negras brasileiras sempre se organizaram contra a exploração e as condições desumanas as quais foram submetidos, seja a partir da exploração do trabalho escravo, seja após este contexto até os dias atuais.

Como nos apresenta Santos (2014) no prefácio que elabora para coroar Gomes (2019) na necessária reflexão sobre o papel educador do MN:

[...] A trajetória de luta do MN brasileiro e a produção engajada da intelectualidade negra como integrantes do pensamento que se coloca contra os processos de colonização incrustados na América Latina e no mundo; movimento e intelectualidade negra que indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico. Questionam o processo de colonização de poder, do ser e do saber presentes na estrutura, no imaginário social e pedagógico latino-americanos e de outras regiões do mundo (Gomes, 2019, p. 14-15).

Santos (2015) problematiza o fato de educadores e cientistas sociais não reconhecerem o papel do MN em sua diversidade na luta por educação formal e de qualidade, assim como a reprodução de sua não existência no campo científico, aspecto evidente em pesquisas e estudos sobre educação popular, em que feitos e

narrativas de intelectuais negros(as) são, inúmeras vezes, ignorados(as) (apud Lisboa, 2021, p. 72-73).

Na contramão desta realidade, nos cabe afirmar que frente à situação em que se encontrava a população negra pós-escravidão

houve a união e luta coletiva por meio de reivindicações e projetos, pela conquista de respeito, reconhecimento, dignidade, empoderamento, participação política, emprego, educação, terra. *Dessas bandeiras de luta, uma das prioritárias foi a da defesa da educação.* Afinal, o analfabetismo era um dos principais problemas que assolavam a “raça negra”. Em 1918, o jornal O Alfinete [de 22 set. 1918] revelava que o analfabetismo “predominava em mais de dois terços de tão infeliz raça” (Domingues, 2008, p. 518, grifo nosso).

Nesta breve contextualização da luta pelo acesso da população negra à educação formal, vale ressaltar que a Imprensa Negra (IN) paulista e as associações negras que nasceram nas primeiras décadas do século XX, foram importantes instrumentos desta luta e depositavam na educação, senão a solução, pelos menos um pré-requisito indispensável para a resolução dos problemas da “gente de cor” na sociedade brasileira (Domingues, 2008, p. 518).

A compreensão e defesa deste acesso como uma possibilidade de enfretamento de ciclos de pobreza e desigualdade da população negra brasileira desde contexto pós-escravidão dialogam com elementos que se destacaram em nossa pesquisa de campo, quando ainda em contexto atual, o acesso à educação, também quando focamos no ensino superior, é um importante valor defendido pela população negra, como acesso fundamental para uma ‘vida melhor’¹⁰, como podemos identificar nas falas que seguem:

[...] Pensar no curso superior, na verdade isto já foi incentivado em casa. A minha mãe [...], a minha mãe sempre incentivou eu e a minha irmã, né? Nós somos as duas, então desde pequena ela sempre colocou a importância do estudo já que para gente conseguir algo melhor na vida, até porque ela teve uma vida bem simplória, né? Então ela sempre valorizou e incentivou muito. (Sujeito 3 [AS], 2023).

¹⁰ Vale enfatizar, como podemos observar nas falas, que este acesso ainda se apresenta em defesa de ‘uma vida melhor’ intimamente vinculada a uma melhor colocação no mercado de trabalho, a partir do pensamento hegemônico, sem crítica ao sistema capitalista, realidade que explicita a importância de espaços que apresentem reflexões sobre o caráter emancipatório da educação e /ou minimamente a importância da disputa por projetos de educação que dispute outra hegemonia.

[...] Inserir as pessoas mais carentes, que nem eu e outras pessoas, de passarem por uma universidade, entendeu? Então isto é, mudou a vida de muita gente, como mudou a minha, por exemplo. Se eu não tivesse feito a faculdade, eu ia fazer o quê? Porque com o nível de escolaridade do ensino médio hoje em dia você trabalha, você não tem tanta chance de trabalhar de alguma coisa assim para ganhar um pouquinho mais, entendeu? Então você ia ficar sempre naquela estaca do salário-mínimo, do salário-mínimo e meio, entendeu? E ia construir o que da vida? Ia proporcionar o que para os filhos? (Sujeita 5 [AS], 2023).

Entre as associações que lutavam pela educação formal para a população negra, destaca-se a Frente Negra Brasileira (FNB), considerada uma das organizações mais importante dos movimentos negros (Lisboa, 2021, p. 75).

Com o golpe de estado de 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas assume o poder no Brasil, iniciando uma conjuntura de polarização política. As forças políticas mobilizaram-se em duas frentes: a da esquerda e a da direita. No entanto, tanto as organizações políticas de base popular quanto os partidos das elites não incluíam em seus programas a luta em favor da população negra.

Desamparados pelo sistema político tradicional e acumulando a experiência de décadas em suas associações, um grupo de “homens de cor” fundou a Frente Negra Brasileira (FNB), no dia 16 de setembro de 1931 (Domingues, 2008 p. 521), cunhando o recorte racial na luta contra as injustiças sociais.

A importância da educação como uma pauta expressiva de luta neste movimento pode ser percebida considerando que o Departamento de Instrução da FNB, também conhecido como Departamento de Cultura ou Intelectual, foi o maior e mais expressivo neste coletivo.

Um de seus motes propagandísticos conclamava: “Eduquemos mais e mais os nossos filhos, dando-lhes uma educação e uma instrução de acordo com as suas aspirações” (A Voz da Raça, 28 out. 1933, p. 2). O conceito de educação articulado pela entidade era amplo, compreendendo tanto o ensino pedagógico formal quanto a formação cultural e moral do indivíduo. A palavra educação era usada frequentemente com esses dois sentidos. Já a palavra instrução tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização (Domingues, 2008, p. 522).

Acreditava-se que os negros, pela própria dificuldade de acesso ao ensino formal, na medida em que se desenvolvessem no campo educacional, seriam respeitados, reconhecidos e apreciados pela sociedade mais abrangente. A

educação teria o poder de abolir o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo (Domingues, 2008).

Historicamente ao negro e a negra os territórios escolares foram negados ou, quando havia obrigatoriedade da lei, era oferecida de maneira hostil e excludente, explicitando o pensamento dominante de que o conhecimento deveria ser restrito à população branca.

Olímpio Moreira da Silva (apud Domingues, 2008) denunciava a existência de “grupos escolares” que aceitavam os negros porque eram obrigados, porém, seus professores procuravam “menosprezar a dignidade das crianças negras, deixando-as ao lado para que não aprendessem, e os pais, pobres e desacorçados pelo pouco desenvolvimento dos filhos, resolvessem tirá-los” (A Voz da Raça, 17 fev. 1934, p. 2 apud Domingues, 2008, p. 527).

Em que pese não nos interessa explorar esta trajetória educacional, à luz dos elementos expostos até aqui, - no que se refere aos obstáculos historicamente impostos a população negra para a permanência nos ambientes escolares -, nos permite refletir ainda em contextos atuais sobre a hostilidade em que a população negra é recebida pelos ambientes escolares e IES no Brasil, assim como a dificuldade de elaboração de políticas públicas comprometidas para além do acesso, com a permanência desta população.

Também, nos aproxima da compreensão desta construída naturalização de um sentimento de não pertencimento da população negra ao ensino inclusive o ensino superior, tal como identificamos nas falas da(o)s sujeita(o)s na pesquisa de campo.

[...] Eu nem imaginava como ingressava no ensino superior, eu não tinha ideia, e não tinha muita expectativa de um curso específico até porque eu fui o primeiro a entrar na universidade na minha família, da minha família por parte de mãe e da minha família por parte de pai também, né? E dentro do meu núcleo familiar (Sujeito 1 [CD], 2023)

[...] Eu fiz ensino médio supletivo, porque na época eu engravidei jovem, aí eu tive meu filho, esperei ele crescer um pouquinho para voltar a estudar, aí voltei a estudar, aí concluí o ensino médio, mas naquela ocasião a gente não tinha a menor possibilidade de entrar em uma universidade, isso nem passava pela cabeça da gente, né? A pobre de periferia, né? E, tipo, mãe e tal essas coisas, então, eu nem imaginava, né? (Sujeito 2 [CD], 2023)

[...] Quando eu cheguei na oitava série minha mãe falou assim: “até a oitava série eu consegui te dar, agora você vai ter que trabalhar e se você quiser fazer o colegial, assim, você vai ter que se virar, entendeu? (Sujeita 5 [AS], 2023)

[...] Para mim fazer faculdade era um sonho, minha mãe sempre falou que faculdade era coisa de rico, entendeu? Não era [coisa de], pobre não fazia faculdade, né? (Sujeita 5 [AS], 2023)

[...] Quando eu entrei na faculdade, no primeiro dia de aula, foi muito emocionante, sabe? Eu comecei a chorar, era para mim, era uma coisa muito emocionante assim, sabe? Parecia que era um outro universo, né? Era inacessível para mim esse universo da faculdade (Sujeita 5 [AS], 2023).

Fica evidente nas falas da(o)s sujeita(o)s a reprodução de um valor perpetuado pelo racismo, todas são de pessoas negras que tinham no imaginário a certeza de que a formação superior não seria uma realidade, ou estaria tão distante que muito provavelmente não seria alcançada.

O enfrentamento desses mecanismos para manter a população negra afastada da educação em seus diferentes níveis, com ações concretas de denúncia e enfrentamento do racismo, materializa-se pela atuação ativa do MN.

Santos (2014) aponta

[...] Podemos dizer, sem exageros, que os movimentos negros se empenharam desde seus primórdios no reajustamento das políticas educacionais com vistas a realocar, com justiça e dignidade, um contingente que esteve desde sempre marginalizado da vida nacional, exceto como força de trabalho escravo (Santos, 2015 *apud* Lisboa, 2021, p. 74).

A FNB, por meio de suas lideranças, já alertava sobre as repercussões negativas das abordagens preconceituosas com que autores de livros enfocavam a história do negro e de sua participação na formação do Brasil. “Exercer no aluno negro, ao transmitirem uma imagem de fracasso, uma imagem que contribuía para diminuí-lo e não para elevá-lo, como deveria ser a função da escola” (Pinto, 1993 *apud* Domingues, 2008, p. 528).

Essas lideranças procuraram esboçar – ainda que por um prisma mítico e esquemático – uma nova abordagem para a história do negro. Alguns fatos da história do Brasil Colônia (como a “heroica” expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro e a “epopeia” do Quilombo dos Palmares) eram frequentemente

relembrados; o objetivo era comprovar a participação decisiva do elemento negro no berço da “civilização” brasileira (Domingues, 2008, p. 528).

Outra tentativa nesta perspectiva por parte dos dirigentes frente negrinos foi de formar um centro de estudo, agregando os negros “cultos, os que estudam e os que querem aprender” (A Voz da Raça, jun. 1936, p. 4 apud Domingues, 2008, p. 529). Pensaram ainda em criar um Clube dos Intelectuais, para reunir “estudiosos, poetas, jornalistas ou escritores” negros. Além de espaço de intercâmbio social e cultural, o clube ansiaria garantir a publicação tanto de um jornal literário como de livros dos intelectuais negros (A Voz da Raça, ago. 1937, apud Domingues, 2008, p. 529).

A atuação da FNB foi tão expressiva a ponto de em 1936 deixar de ser um movimento social e se tornar um partido político. Porém, por um curto prazo, pois no ano de 1937 o golpe deflagrado pela ditadura de Getúlio Vargas dissolveria todos os partidos, entre eles a FNB (Lisboa, 2021, p. 75).

Outra organização negra expressiva na luta antirracista e que resgatamos para exaltar sua importância na preparação do terreno que será semeado pós-1980 no que tange à pressão ao Estado para olhar e concretizar políticas públicas no campo da educação foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944, no estado do Rio de Janeiro, por Abdias Nascimento. Entre seus principais objetivos destacava-se a formação de atores negros engajados na luta contra o racismo e a reconstrução da herança africana na sociedade brasileira (Lisboa, 2021, p. 75).

Interessa-nos destacar que a IN, a FNB e o TEN foram movimentos sociais organizados pela população negra para enfrentar o racismo e lutar por direitos elementares, como a educação formal (Lisboa, 2021, p. 75).

Para Santos (2014) essas três instituições são expressão do empenho do MN para a garantia da educação para a população negra no período pós-escravismo. Para o autor, o ponto de partida dessas entidades pode não ter sido o mesmo, mas o porto de chegada indiscutivelmente é: elas destacaram-se por proporcionar um conjunto complexo de propostas comprometidas com a formação educacional dos negros, apontando um projeto amplo de inclusão dos grupos historicamente discriminados.

As ações afirmativas, por exemplo, são fruto da luta travada por tais organizações, considerando que já “eram reivindicadas pelos movimentos negros desde o ano de 1945” (Santos, 2014 apud LISBOA, 2021, p. 75).

Frutos cujas sementes foram sufocadas pelo período da ditadura militar (1964-1985), contexto histórico que, como afirma Santos (2014), foi marcado por um profundo refluxo nos movimentos sociais, principalmente entre 1964 e 1977, ainda que diversas organizações sociais negras tivessem desempenho irretocável no aguerrido combate ao racismo.

Ainda segundo o autor, as tentativas de eliminar o fluxo das ações dos movimentos sociais se mostraram eficazes até determinado momento, mas provocaram, ao contrário do esperado, no final da década de 1970 e início da década de 1980, uma explosão de organizações sociais, cuja demanda reprimida veio à tona (Santos, 2014, p. 1134). Estas sementes puderam então ser regadas, fortalecidas e ainda hoje estão sendo colhidas e também semeadas.

Passados os anos mais duros da ditadura, entre as diversas reivindicações da sociedade, entidades antirracistas se fortaleceram e passaram a “traçar emergentes linhas divisórias na história dos movimentos negros brasileiros. O ano de 1978 é um marco fundamental, posto que instaura um novo tempo discursivo para as organizações negras (Santos, 2014, p. 1134).

Foi dos anos de 1977 em diante que se intensificaram as ações dos movimentos sociais contra as perversidades da ditadura, “o momento era de efervescência política, apesar do regime de exceção, que buscava a todo custo restringir a participação política popular (Santos, 2014).

Engrossando este caldo, a conjuntura racial internacional também propiciava todo esse fervilhar, dado que as lutas dos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos da América, tal como aquelas por independência ou libertação de vários países africanos de língua portuguesa contra o racismo colonial, transformavam-se em referências a serem seguidas internamente. Os resultados positivos dessas ações reverberavam no Brasil, tendo significativa influência no meio da juventude negra (Santos, 2014).

Na década de 1980, a necessidade de se denunciar o racismo e sua incidência na população afro-brasileira era explicitada, consensual e urgente, assim

como a formulação de propostas de natureza antirracista à sociedade (Santos, 2014)

O acesso à educação da população negra a formalidade do ensino constitui-se uma bandeira de luta historicamente defendida mesmo na diversidade do MN, sendo ponte de resistência a ser explorada e fortalecida em contexto histórico onde ainda se experimenta acesso restrito e permanência desta população principalmente ao Ensino Superior.

Movimento Negro e educação: mesma ponte para novos horizontes

A partir da década de 1980, destaca-se que dois períodos cumulativos contribuíram para o alargamento da base social e organização do MN, sendo que tais períodos são fundamentais para a compreensão dos cursos pré-vestibulares populares criados por esse movimento e as estratégias adotadas para o acesso à educação superior.

Na primeira fase, destaca-se a criação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR) - posteriormente denominado de Movimento Negro Unificado (MNU) -, momento em que o discurso hegemônico entre as entidades do MN em sua diversidade era aquele trazido por este movimento “que com viés esquerdizante ou, caso se prefira, de raça e classe, criticava duramente a sociedade capitalista/racista brasileira (Santos, 2014, p. 1314).

Embora haja divergências e rupturas entre esta fase e a que abordamos no item anterior (contexto histórico de 1888-1980), expressas principalmente pela FNB, “permanece no bojo das reivindicações dos movimentos negros a luta por educação formal. Esta sempre foi uma prioridade da comunidade negra e do conjunto do MN brasileiro” (Cardoso, 2002 *apud* Santos, 2014, p. 1328).

Em 18 de junho de 1978, diversas entidades negras, mobilizadas contra a discriminação racial vivida cotidianamente pelos afro-brasileiros, fundam, em São Paulo, o MUCDR, que, em dezembro de 1979, na data do seu primeiro congresso na cidade do Rio de Janeiro, reduziu o nome para Movimento Negro Unificado (MNU) (Santos, 2014, p. 1157).

A fundação do MNU registra um novo e expressivo momento para o MN na sociedade brasileira.

Segundo Santos (2014), esse movimento, o MNU, torna-se um polo aglutinador do problema racial no final da década de 1970. Para o autor, assim como o surgimento da FNB resultou de décadas de confrontação com o racismo, da dedicação das várias organizações negras fundadas no início do século XX, a fundação do MNU também foi o coroamento da insurreição negra das entidades nascidas no início da década de 1970, fortemente marcada pela repressão e pelo silenciamento dos problemas nacionais (Santos, 2014, p. 1236).

Para o autor o MNU marca uma nova fase dos movimentos negros, onde se registra

sobretudo o distanciamento com relação à primeira etapa da organização negra no pós-Abolição, tipificada como um período no qual “as associações de negros no Brasil tinham uma tendência culturalista e objetivos assimilacionistas” (Telles, 2003, p. 69), visam à integração dos negros à sociedade de classes, sem questionar profundamente os princípios fundantes da sociedade, além de terem os valores dos brancos como referência (Santos, 2014, p. 1314).

Neste sentido, se constrói crítica ao acesso à educação como entendeu o MN na fase anterior ao MNU, em que não se questionava a raiz desigual do sistema capitalista, nutrida pelo racismo que sustenta uma hierarquia socialmente construída de raças, onde o branco tem por sua pretensa e forjada superioridade, historicamente, ocupado os lugares de poder político, econômico e social no Brasil, mesmo sendo este grupo minoria no país.

Aqui enfatizamos “o branco” como referência de homem universal, necessário na legitimação do sistema capitalista.

Foram as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Se antes deste período ser humano relacionava-se ao pertencimento de uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e cultura não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (Almeida, 2021, p. 24-25).

Era necessário estabelecer um pensamento que fortalecesse a nova ordem sem questionamento do grupo dominante que mantinha o poder, sendo a “raça”¹¹ um elemento importante no atendimento dessa necessidade, pois legitimaria a hierarquização, sem colocar em xeque os “novos” valores de sociabilidade necessários ao sistema.

Neste sentido, fica evidente a intrínseca relação entre classe e raça para leitura crítica da realidade denunciando a naturalização de uma pretensa igualdade humana que está muito longe social, política e economicamente de ser alcançada em solo brasileiro, ou de ser enfrentada apenas com o recorte de classe.

Como nos alerta Almeida (2021), um dos profundos problemas experimentados em uma sociedade permeada por conflitos e antagonismos de classe, de raça e sexuais é “como compatibilizar a desigualdade com parâmetros culturais baseados em ideologias universalistas, cosmopolitas e, portanto, politicamente impessoais, neutras e pautadas pela igualdade formal” (Almeida, 2021, p. 81), impossibilitando a operacionalização de políticas que de fato enfrentem as desigualdades raciais.

Neste sentido o MNU passa a denunciar particularidades desta realidade que precisam ser consideradas para uma análise comprometida com o enfrentamento das desigualdades econômicas, sociais e raciais no país.

Aqui vale enfatizar que na definição de MN apresentada por Gomes (2019) há a superação da visão romântica sobre a relação entre os negros brasileiros, a ancestralidade africana etc., buscando, para além da valorização da cultura africana, e sendo “preciso que nas ações deste coletivo se faça presente de forma explícita uma postura política de combate ao racismo” (Gomes, 2019, p. 24) e – acrescentamos – de defesa de um projeto de educação antirracista.

Esta passagem nos alerta para a limitação de ações voltadas para a ampliação do acesso ao ensino superior da classe trabalhadora pobre, restrita a consumo, ou permeada por um discurso de diversidade pautado na meritocracia¹²,

¹¹ Nos cabe alertar que o conceito “raça” não é um termo fixo, estático. Seu sentido está fatalmente ligado às circunstâncias históricas em que é utilizado. “Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico” (Almeida, 2021, p. 24-25).

¹² Nos cabe recorrer ao conceito de meritocracia que, como nos apresenta Almeida (2021), facilita a operacionalização da pretensa neutralização racial em nome de uma humanidade única. A meritocracia é “não apenas economicamente eficaz, mas também um fator de estabilização política” (Balibar, 2010 *apud* Almeida, 2021, p. 81). Logo, a soma do racismo histórico e da

sem o real compromisso com o enfrentamento do racismo e a defesa de um projeto de educação alimentado e que alimente outra hegemonia.

Ações antirracistas a partir dos acúmulos do MN precisam superar a tendência culturalista e os objetivos assimilacionistas, oferecendo novas perspectivas para se pensar e viver as relações sociais, políticas e econômicas.

A formação superior em suas inúmeras contradições tem historicamente se colocado como uma condição, principalmente para a população negra e pobre para acesso ao mercado de trabalho de forma melhor remunerada, enfrentando, muitas vezes, ciclos de total precarização e permitindo o acesso ao consumo que lhe foi durante gerações negado, sendo este um aspecto a ser aprofundado em outro momento em uma perspectiva crítica.

Melhores condições de trabalho e melhor remuneração, resultados do acesso à educação superior, permitem materializar projetos individuais, mas que também podem ser projetos coletivos de melhores condições de vida etc.

A perenidade da educação nas propostas elencadas pelos movimentos negros brasileiros já no nascedouro da República [...] revela o papel instituinte do processo educacional na aparição do humano. Mais do que formação técnica, a educação nos fornece o passaporte para ingresso à cidadania plena, é o fator primário de desenvolvimento social, categoria decisiva para a biografia de qualquer pessoa, capaz de tirá-la das margens da sociedade (Santos, 2014, p. 1764).

Nesta direção o Sujeito 1 [CD] apresenta ser o curso popular uma experiência peculiar para o acesso ao ensino superior de um/uma estudante trabalhador(a) como uma conquista individual e também coletiva

Hoje eu vejo [...] que as pessoas elas têm expectativas com o cursinho que não necessariamente passam pelo filtro do MN, mesmo pessoas negras; as pessoas têm expectativas é de mudar de vida, de ter ascensão social, querem entrar no ensino superior, e é muito, não é que é raro, mas também, tipo, é muito difícil você ver em todo mundo a mesma necessidade que eu senti de militar, porque as pessoas elas têm histórias diferentes na periferia, as pessoas elas enfrentam realidades diferentes, muitas pessoas elas por mais que se dediquem e entendam que é importante discutir a pauta racial elas estão preocupadas com outras coisas, né? Em ordem, eu acho que a pauta racial ela pode ser importante, ela aparece como uma coisa

meritocracia permite que a desigualdade racial experimentada na forma de pobreza, desemprego e privação material seja compreendida como falta de mérito dos indivíduos (Almeida, 2012).

importante, mas elas estão querendo superar outros problemas muitas vezes, querem superar a fome, querem criar condições para poder ajudar a família a realizar um sonho, né? Que é individual, mas eu acho que, nessa coisa de realizar o sonho individual de estar no ensino superior, estudar e se formar, aparece mais, tipo, como o lugar onde eles descobrem que quando a gente está ali no cursinho é quando alguém consegue entrar, isso é a realização coletiva, acho que assim, talvez esta é a coisa que mais pega nas pessoas (Sujeito 1 [CD], 2023).

Para este sujeito, a perspectiva coletiva para o discente que acessa a formação superior se materializa no reconhecimento da importância do curso pré-vestibular no caminho percorrido até seu ingresso, sendo este pautado pela imposta naturalização de um não lugar que passa a ser questionado e ocupado. Reconhecimento que identificamos na fala da Sujeita 6 [AS].

Essa questão mesmo de reforçar o quanto é importante, o quanto impacta os cursinhos pré-vestibulares comunitários na vida das pessoas [...] foi um grande impactador e um grande influenciador para formar quem eu sou hoje, né? Porque se não existisse talvez eu nem estaria aqui [...], não teria feito uma faculdade [...]. Então assim, a importância da dimensão social que os cursinhos pré-vestibulares têm na vida das pessoas, como possibilitando o acesso ao ensino (Sujeita 6 [AS], 2023).

O mesmo sujeito 1[CD], aponta não ser apenas os discentes impactados pela formação política destes coletivos, apresenta a importância do envolvimento do corpo docente responsável pela organização e atuação dos cursos como um ponto potente neste caminho.

[...] A questão racial, eu acho que ela aparece muito importante dentro do MN quando a gente consegue levar esse estudante, esse professor, coordenador que vai contribuir com a organização do cursinho a se organizar fora do cursinho fazendo outras atividades dentro do MN; é quando ele/ela vai para a marcha da Consciência Negra, é quando participa em uma reunião que tem membros do MNU que estão há 50 anos já lá e fazendo militância e aí você, caraca, dá um despertar (Sujeito 1 [CD], 2023).

Isso porque parte expressiva de pessoas que compõem o MCPVP não necessariamente tornam-se militantes, passam por ele, apropriam-se das discussões propostas, participam das atividades externas convocadas pelo MN e outros movimentos, mas após o ingresso no ensino superior e outros motivos se

afastam dessa experiência, mas podem tornar-se sujeito coletivo desta luta nos diferentes caminhos trilhados a partir deste marco.

Neste sentido, para o Sujeito 1 [CD], o curso pré-vestibular popular precisa aprofundar experiências na formação oferecida à classe trabalhadora que possibilite aproximação as pautas de luta do MN, potencializando assim a compreensão do racismo como estruturante das relações sociais brasileiras e a necessidade de enfrentá-lo coletivamente. Pontua

Eu acho que o cursinho ele ainda é muito, por ter esse aspecto comunitário, ele ainda está muito ligado às experiências cotidianas que as pessoas têm no bairro; as pessoas, hoje mais, mas ainda assim não veem o racismo no cotidiano, as pessoas não veem o racismo no cotidiano; é só quando elas vão em espaços onde você pode compartilhar experiências específicas, mais amplas sobre o racismo que elas se aprofundam mais sobre esse aspecto [...] (Sujeito 1 [CD], 2023).

Identificamos neste posicionamento o reconhecimento do papel educador do MN, como bem defende Gomes (2019), no interior do MCPVP que direciona ações para o enfrentamento do racismo, tendo como horizonte a educação na perspectiva emancipatória.

Na perspectiva trazida por este sujeito, entendemos que a passagem pelo MCPVP pode ser uma possibilidade de pensar a ampliação do acesso à formação superior em uma perspectiva de enfrentamento à lógica mercantil.

Neste universo, como já sinalizado, a questão racial precisa ser estimulada e entendida como um elemento para o combate ao estrutural racismo que compõe as desigualdades sociais, econômicas e políticas no cenário nacional, alimentando a disputa por um projeto de educação antirracista que deslumbre outras possibilidades de sociabilidade.

Como aprendizado, na nova fase do MN, a partir da década de 1980, a educação permanece como pauta de luta, mas por um projeto de educação emancipatória. E nesse caminhar é fundamental o enfrentamento do debate sobre a articulação da questão de raça, questão de classes e questão de gênero¹³ que tem

¹³ Sobre a relação classe, raça e gênero ver: AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020; Pico, Daniel Montañez. *Marxismo Negro: pensamento descolonizador do Caribe Anglófono*/Daniel Montañez Pico; Tradução: Eveline Silva- São Paulo: Editora dandara, 2024; Garcia, Jeferson, *Racismo, capital e emancipação humana: notas sobre a questão negra na tradição comunista* /Jeferson Garcia. São Paulo :Instituto Caio Parado Junior, 2022.

sido discutido no contexto histórico atual, pautado como fruto da árdua luta contínua do MN.

Ainda sobre o MNU e a centralidade na luta pelo acesso da população negra ao ensino superior, Santos (2014) registra que a comprovação da importância da educação se expressa no primeiro programa de ação do MNU, aprovada no seu III Congresso Nacional, que se realizou em Belo Horizonte, em abril de 1982.

Neste evento foi redigido um texto para direcionar os/as militantes negros/as no combate ao racismo, explicitando um conjunto de propostas concretas e objetivas. Já na introdução do programa identifica-se um questionamento incisivo da suposta democracia racial brasileira, pondo em destaque a ausência da população negra nas Instituições de Ensino Superior (IES): “Por que são tão poucos os negros nas universidades públicas e particulares de ensino superior” (Santos, 2014, p. 1328), questionamento fértil para ampliar as reivindicações pelo acesso da parcela da população brasileira excluída dos bancos universitários.

Na medida em que o MN luta pelo acesso da população negra ao ensino superior, compreendendo-o como direito, “articulou-se para desordenar essa estrutura, com a criação de cursos populares direcionados à preparação dos estudantes negros e negras” (Lisboa, 2021, p. 75).

Neste caminho contribuiu para o surgimento do MCPVP que a partir destas experiências foi ganhando forma e força, tornando-se um movimento social voltado para o acesso de parcela da classe trabalhadora historicamente impossibilitada de ocupar os bancos universitários.

Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares (MCPVP): protagonismo do Movimento Negro (MN) na luta por um projeto de educação antirracista em seu interior

O debate sobre o movimento social no Brasil não é recente. Muitos são os acúmulos teóricos que nos permitem analisá-lo em suas ações de enfrentamento do pensamento hegemônico, na perspectiva de questionar a ordem, lutar pela conquista, ampliação e/ou manutenção de direitos e pressionar para a existência de novas possibilidades no âmbito das políticas públicas e no enfrentamento da sociedade de classes.

O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares (MCPVP) pode ser considerado uma arena de disputas por projetos de educação popular, de formação política, para o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior.

Passa a se delinear enquanto movimento social autônomo a partir de experiências de cursinhos preparatórios criados pelo MN concretizando ações coletivas fundamentadas por uma consciência da cor ou da racialidade (Almeida, 2016, p. 46-47) com destaque para a experiência do Pré Vestibular para negros e carentes (PVNC).

O destaque para esta experiência se dá pela diversidade de núcleos criados e agrupados em seu caráter seminal em que muitos cursos “mesmo que desvinculados dele, surgiram a partir da ação direta ou da influência de seus militantes, difundindo seu formato e alguns de seus princípios organizativos e ideológicos (Santos, 2014, p. 233-234).

Faz muito sentido olharmos para esse movimento na perspectiva de sua totalidade, dos diferentes movimentos sociais de onde emergem os militantes que nele atuam e também os que nascem e se reconhecem na luta desse movimento, dando densidade e potencializando a luta dos trabalhadores com o objetivo de ocupar o ensino superior de forma a fortalecer outra hegemonia, pautada por relações que superem o racismo, as questões de gênero, fortaleça a questão indígena etc.

Concordamos com Gomes (2019) na reflexão sobre a definição do Movimento Negro (MN), mas que também nos ajuda a pensar a definição de movimentos sociais, que alguns autores os definem com base nas conexões disciplinares das quais fazem parte no interior do amplo campo das humanidades. Assim como outros autores e autoras construirão análises semelhantes ou divergentes. “Trata-se de caminhos interpretativos diferentes, mas para elucidar um mesmo fenômeno” (Gomes, 2019, p. 23).

Na reflexão sobre a definição do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares, Nascimento (2012) pontua que este movimento

configura-se como um movimento de movimentos, pois é constituído por múltiplos movimentos (cursos autônomos, redes de cursos e cursos que são projetos de ONGs, sindicatos, universidades, associações, igrejas etc.) e constituinte de formas não convencionais de fazer política e organizar a luta (não há instância centralizadora,

uma direção ou coordenação geral, como as formas de organização mais tradicionais). Mas podemos dizer, entretanto, que as práticas deste movimento de movimentos convergem para uma demanda comum: o acesso ao ensino superior (Nascimento, 2012, p. 61).

Nascimento (2012) defende ser esse movimento composto por uma grande diversidade de cursos pré-vestibulares, sendo o ponto que os une o fato de serem destinados à preparação de estudantes que compõem “camadas populares” e pertencentes a grupos sociais discriminados e marginalizados, como pobres, negros, indígenas, nordestinos etc.

Para Castro (2019), esse movimento se constitui

como um meio de ação contrário ao projeto hegemônico do capital, pois combatem a forma e a estrutura atual que estabelecem os acessos aos mais altos níveis de educação e que está intimamente ligado e submisso aos interesses do mercado, com a anuência do governo e a determinação política do Estado, por meio da hegemonia política e cultural exercida pelo bloco histórico no poder (Castro, 2019, p. 173).

Cursos pré-vestibulares populares se entendem e são reconhecidos como movimento social e têm na ativa presença da militância negra um ator fundamental para seu surgimento, assim como na disputa no interior deste movimento composto por diversas pautas, pela hegemonia da questão racial na luta pelo acesso da classe trabalhadora pobre ao ensino superior.

Na pesquisa de campo, identificamos que ao mesmo tempo que a diversidade que compõe o MCPVP é um ponto positivo por explicitar, como já abordado, as múltiplas demandas para o acesso ao ensino superior da população brasileira historicamente impossibilitada de acessar este nível de formação (negros, negras, indígenas, mulheres, pobres entre outros) , também representa obstáculos para a materialização de um projeto de educação crítico e antirracista, como podemos observar na fala do Sujeito 1 (CD) como um desafio no direcionamento do curso, o que nos permite identificar uma possível desvinculação teórica e prática sobre a luta de classe e a questão racial na formação superior brasileira.

[...] Eu acho que os professores, talvez sejam as formações que eles recebem muitas vezes nas universidades, onde o currículo é um currículo embranquecido muitas vezes que não pensa o racismo e não pensa o antirracismo como prática de formação intelectual e muitas vezes a gente se encontra em professores que não vêm com uma necessidade de se dedicar com a luta contra o racismo, que ela

é que embasa o trabalho da educação popular que a gente acredita, né? Da educação popular como um aspecto da formação humana, não apenas ligada aos conhecimentos, mas à compreensão do mundo, no sentido freiriano mesmo. [...] (Sujeito 1 [CD], 2023).

É válido registrar que na etapa de levantamento de cursos pré-vestibulares populares que atuam na cidade de São Paulo, identificamos nos sites, onde estes projetos de educação são defendidos e divulgados, que nesse movimento a questão racial não é negligenciada, mas aparece de maneira secundária nos cursos não vinculados diretamente ao MN.

Já nos cursos vinculados ao MN, sujeitos do nosso estudo, fica evidente, em que pese não seja exclusiva, a hegemonia desta pauta na luta pelo acesso da classe trabalhadora ao ensino superior.

Identificamos o protagonismo do MN na perspectiva de afirmar a pauta racial, dentro do MCPVP, na fala do Sujeito 1 [CD]

É um movimento misto, né? Você tem gente, branca, negra, indígena, tem gente amarela também, você tem pessoas LGBTQIA+ branca, negra também que participa do movimento [...], então você tem experiências muito diversas, né? Então eu acho que, talvez, o caráter de organização política [...] (deste curso pré-vestibular que é um movimento dentro do movimento dos cursos pré-vestibulares) traz a responsabilidade do MN de politizar a sociedade, o que significa é uma democracia, né? É claro, né? Mas a gente é MN, a gente não é o Estado, então a gente precisa dar poder mais, não é poder, né? É dar mais espaço para articulação política para as pessoas negras dentro do Movimento, então as nossas pautas que definem o movimento são as pautas raciais, é isto que define o movimento, não única e exclusivamente as pautas raciais, porque a gente sabe que tem muitos outros problemas que atravessam e que são atravessados pelas pautas raciais e que a gente precisa apreender também estas questões se a gente quer se tornar o poder, né? A expectativa é esta, a gente não se organiza politicamente só pela educação, mas de entender que a educação é uma ferramenta de disputa do poder, né? Eu acho que isto caracteriza muito o nosso trabalho e principalmente nossa forma de organização política. (Sujeito 1 [CD], 2023).

Segundo Castro (2019), entre os atores expressivos que contribuíram para fortalecer o MN e a luta pela democratização do ensino superior estão os cursos pré-vestibulares populares que definimos como sujeitos para nossa pesquisa: Educafro e UNEafro.

Em contexto anterior ao ano de 2009 estes cursos pré-vestibulares compunham uma unidade, porém, divergências de concepções de movimento e

posicionamentos individuais levaram a Educafro a uma ruptura desembocando em mais um movimento na luta pela democratização do acesso ao ensino superior e de combate antirracista, sendo ele a União de Educação Popular para Negros(as) e Classe Trabalhadora (UNEafro), “movimento social surgido a partir de contradições inconciliáveis no interior da Educafro” (Castro, 2019, p. 206). De acordo com Castro (2019)

O movimento de ruptura na Educafro, que deu origem à UNEafro, se fez necessário diante da impossibilidade desse grupo dissidente influir nos rumos tomados pela Educafro e diante da necessidade de se continuar em outras frentes os objetivos que se inviabilizavam naquela organização. Assim, foram desencadeadas ações e disputas no interior da Educafro, como a luta por democratização das relações internas, pela construção coletiva da linha de atuação política, e por uma formação crítica de viés claramente antcapitalista e antirracista, associadas à compreensão de que essas lutas precisam estar ligadas ao combate mais amplo contra as superestruturas que geram as desigualdades sociais (Castro, 2019, p. 200).

Como já abordado, no interior do MCPVP a disputa pela pauta racial ganha relevância pela peculiar contribuição do MN tanto para seu surgimento quanto para a manutenção da hegemonia da questão racial em seu interior.

Entendemos que esse protagonismo se materializa pelo fato de o MN em sua diversidade ter historicamente sido o mais expressivo ator na denúncia do racismo e suas mais perversas expressões, inclusive sobre a interdição da população negra e pobre ao ensino superior, colocando luz ao fato de que não basta o enfrentamento da pobreza e da desigualdade apenas na perspectiva de classe e gênero, enfatizando a urgente necessidade da centralidade questão racial neste debate.

Considerações finais

A realização da pesquisa aponta alguns resultados dos quais destacamos que a luta do MN pelo acesso da população à educação é uma ponte entre a multiplicidade e a diversidade do próprio MN, conforme pudemos identificar na fase que antecede a criação do MNU e após este contexto histórico, que não sem contradições, vai ultrapassando gerações e chegando como pauta comum de luta à cena contemporânea. Este se coloca como um elemento importante para a análise do MCPVC por ser a experiência do MN solo fértil para que o mesmo pudesse se

delinear e se fortalecer na heterogeneidade em que se materializa ainda hoje na luta pela diversidade do acesso ao ensino superior para onde esteve historicamente direcionada a burguesia branca.

É importante pautar que a questão racial no interior do MCPVP não se impõe naturalmente, sendo o MN ator fundamental para sua hegemonia na luta pelo acesso da classe trabalhadora negra ao ensino superior, deixando evidente o fato de que não basta o enfrentamento da pobreza e da desigualdade apenas na perspectiva de classe e gênero, enfatizando a urgente necessidade da centralidade questão racial neste debate. Fica evidente ser o MCPVP uma experiência peculiar de formação política pouco convencional em comparação a forma como os movimentos sociais têm se organizado historicamente, mas com um potencial a ser melhor compreendido na perspectiva da luta por uma educação emancipatória.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Letramento, 2018.

CASTRO, Cloves Alexandre de. **Cursinhos alternativos e populares**: geografia das lutas. Curitiba: Appris, 2019.

DOMINGUES, Petronio. Um “templo de luz”! A Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, vol.13, n. 39, 2008.

GARCIA, Jeferson. **Racismo, capital e emancipação humana**: notas sobre a questão negra na tradição comunista. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis – RJ: Vozes, 2019.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 10, n. especial, 2007.

LEHER, Roberto. As atuais condições da educação Superior no Brasil (Entrevista). **Revista Libertas**, v. 21, n. 2, p. 727-735, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/36252>. Acesso em 29 de novembro de 2023.

MAIA, Eduardo José P. Geografia e cidadania nos cursos pré-vestibulares. In: **XX Encontro Nacional de geógrafas e geógrafos** (20 a 24 julho 2022 - virtual). Disponível em: [file:///C:/Users/DELL/Downloads/Geografia%20e%20Cidadania%20nos%20cursos%20pr%C3%A9_Trabalho%20Completo%20Eduardo_Maia%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/DELL/Downloads/Geografia%20e%20Cidadania%20nos%20cursos%20pr%C3%A9_Trabalho%20Completo%20Eduardo_Maia%20(1).pdf). Acesso em 03 de março de 2025.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso das abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. Série: Núcleo de pesquisa 1. São Paulo: Veras, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. São Paulo: Vozes, 2010.

MOREIRA, Gláucia de Oliveira; FERRARESI, Flávio Henrique; CARVALHO, Emanuel M.; AMARAL, Eliana. **Inclusão social e ações afirmativas no ensino superior no Brasil**: para quê? 2017. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/inclusao-social-e-acoes-afirmativas-no-ensino-superior-no-brasil-para-queij>. Acesso em 23 de setembro de 2023.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Do direito à universidade à universalização de direitos**: o Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as políticas de ação afirmativa. Rio de Janeiro: Litteris. 2012.

PICO, Daniel Montañez. **Marxismo Negro**: pensamento descolonizador do Caribe Anglófono/Daniel Montañez Pico; Tradução: Eveline Silva. São Paulo: Editora Dandara, 2024.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação**: um pensamento negro contemporâneo. [e-book] Jundiaí, SP: Paco, 2014. Acesso em 05 de janeiro de 2025.